

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
Encantado/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		1.538.660	1.655.093	CIRCULANTE		350.311	309.690
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	9.543	6.088	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	192.185	164.802
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	127.217	-	Depósitos à Vista		158.997	145.390
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		127.217	-	Depósitos Interfinanceiros		15.970	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 04 e 06)	951.657	302.383	Depósitos a Prazo		17.218	19.412
Carteira Própria		951.657	302.383	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		79.320	79.482
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		132.754	1.074.093	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1	3
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	16	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 13)	79.319	79.479
Correspondentes no país		45	8	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		3.033	2.189
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	132.709	1.074.069	Recursos em Trânsito de Terceiros		3.033	2.189
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	283.034	244.640	OUTRAS OBRIGAÇÕES		75.773	63.217
Operações de Crédito		328.837	291.072	Cobrança e Arrecadação de Tributos		198	211
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(45.803)	(46.432)	Sociais e Estatutárias		14.906	12.979
OUTROS CRÉDITOS		34.367	27.826	Fiscais e Previdenciárias		2.076	1.483
Créditos por Avals e Fianças Honradas	(NOTA 07)	210	202	Diversas	(NOTA 14)	58.593	48.544
Rendas a Receber		1.972	1.969				
Créditos Específicos		214	201				
Diversos	(NOTA 07 e 08)	33.988	26.869				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(2.017)	(1.415)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	88	63				
Outros Valores e Bens		4.442	4.705				
(Provisão para desvalorização)		(4.436)	(4.682)				
Despesas Antecipadas		82	40				
NÃO CIRCULANTE		599.809	321.718	NÃO CIRCULANTE		1.315.507	1.253.588
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		599.809	321.718	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.315.507	1.253.588
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	205.393	59.519	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	1.274.994	1.240.172
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		205.393	59.519	Depósitos Interfinanceiros		-	15.071
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	42.442	-	Depósitos a Prazo		1.274.994	1.225.101
Carteira Própria		42.442	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	40.513	13.416
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	272.630	181.638	Repasse Interfinanceiros		40.513	13.416
Operações de Crédito		323.650	226.376				
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(51.020)	(44.738)				
OUTROS CRÉDITOS		94	3				
Diversos	(NOTA 07 e 08)	124	3				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(30)	-				
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	36.550	36.550	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		472.651	413.533
Outros Investimentos		36.550	36.550	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	171.094	156.208
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	36.367	36.742	De Domiciliados no País		171.311	156.332
Imóveis de Uso		30.943	30.943	(Capital a Realizar)		(217)	(124)
Outras Imobilizações de Uso		17.818	15.504	RESERVAS DE SOBRAS		275.282	234.851
(Depreciação acumulada)		(12.394)	(9.705)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		26.275	22.474
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	6.333	7.266				
Outros Ativos Intangíveis		14.980	14.266				
(Amortização acumulada)		(8.647)	(7.000)				
TOTAL DO ATIVO		2.138.469	1.976.811	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.138.469	1.976.811

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	76.808	-	76.808	144.374	4	144.378	115.684	-	115.684
Operações de Crédito	57.587	-	57.587	111.601	4	111.605	95.294	-	95.294
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	19.221	-	19.221	32.773	-	32.773	20.390	-	20.390
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(45.889)	(150)	(46.039)	(91.533)	(245)	(91.778)	(88.476)	(153)	(88.629)
Operações de Captação no Mercado	(33.436)	(150)	(33.586)	(69.126)	(245)	(69.371)	(66.542)	(153)	(66.695)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.855)	-	(2.855)	(5.199)	-	(5.199)	(5.145)	-	(5.145)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.598)	-	(9.598)	(17.208)	-	(17.208)	(16.789)	-	(16.789)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30.919	(150)	30.769	52.841	(241)	52.600	27.208	(153)	27.055
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.796)	6.225	(1.571)	1.910	12.125	14.035	19.711	10.926	30.637
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.405	10.050	15.455	10.482	19.447	29.929	9.428	16.054	25.482
Rendas de Tarifas Bancárias	3.004	-	3.004	6.027	-	6.027	5.692	-	5.692
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(19.165)	(1.521)	(20.686)	(37.559)	(2.682)	(40.241)	(33.447)	(2.257)	(35.704)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(12.502)	(1.688)	(14.190)	(23.028)	(2.858)	(25.886)	(18.824)	(2.312)	(21.136)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(59)	(439)	(498)	(105)	(842)	(947)	(86)	(680)	(766)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	28.629	380	29.009	73.950	121	74.071	76.340	1.004	77.344
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(13.108)	(557)	(13.665)	(27.857)	(1.061)	(28.918)	(19.392)	(883)	(20.275)
RESULTADO OPERACIONAL	23.123	6.075	29.198	54.751	11.884	66.635	46.919	10.773	57.692
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(211)	-	(211)	366	-	366	(911)	206	(705)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	22.912	6.075	28.987	55.117	11.884	67.001	46.008	10.979	56.987
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	421	421	-	(1.459)	(1.459)	-	212	212
Provisão para Imposto de Renda	-	276	276	-	(904)	(904)	-	153	153
Provisão para Contribuição Social	-	145	145	-	(555)	(555)	-	59	59
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	22.912	6.496	29.408	55.117	10.425	65.542	46.008	11.191	57.199
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	10.425	(10.425)	-	11.191	(11.191)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	22.912	6.496	29.408	65.542	-	65.542	57.199	-	57.199
DESTINAÇÕES	-	-	-	(39.267)	-	(39.267)	(34.725)	-	(34.725)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(7.154)	-	(7.154)	(7.256)	-	(7.256)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.919)	-	(2.919)	(2.497)	-	(2.497)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(29.194)	-	(29.194)	(24.972)	-	(24.972)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	26.275	-	26.275	22.474	-	22.474

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS

CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	135.989	199.716	20.327	356.032
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	10.120	-	(10.120)	-
Destinações para reservas	-	10.163	(10.163)	-
Outras destinações	-	-	(44)	(44)
Capital de associados				
Aumento de capital	6.644	-	-	6.644
Baixas de capital	(3.755)	-	-	(3.755)
Resultado do período	-	-	57.199	57.199
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.497)	(2.497)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.972	(24.972)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.210	-	(7.256)	(46)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	156.208	234.851	22.474	413.533
Mutações do Período	20.219	35.135	2.147	57.501
Saldos no início do período em 01/01/2019	156.208	234.851	22.474	413.533
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	5.619	-	(11.211)	(5.592)
Destinações para reservas	-	11.237	(11.237)	-
Outras destinações	-	-	(26)	(26)
Capital de associados				
Aumento de capital	7.562	-	-	7.562
Baixas de capital	(5.390)	-	-	(5.390)
Resultado do período	-	-	65.542	65.542
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.919)	(2.919)
Reserva Legal - Estatutária	-	29.194	(29.194)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.095	-	(7.154)	(59)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	171.094	275.282	26.275	472.651
Mutações do Período	14.886	40.431	3.801	59.118
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	163.365	246.088	36.134	445.587
Destinação resultado exercício anterior				
Capital de associados				
Aumento de capital	3.713	-	-	3.713
Baixas de capital	(3.079)	-	-	(3.079)
Resultado do período	-	-	29.408	29.408
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.919)	(2.919)
Reserva Legal - Estatutária	-	29.194	(29.194)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.095	-	(7.154)	(59)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	171.094	275.282	26.275	472.651
Mutações do Período	7.729	29.194	(9.859)	27.064

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES DO RESULTADO	30.143	73.079	71.432
Resultado do semestre/exercício	29.408	65.542	57.199
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	735	7.537	14.233
Provisão para operações de crédito	1.052	5.654	11.187
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	235	(246)	821
Provisão para desvalorização de outros créditos	312	631	411
Depreciação do imobilizado de uso	1.406	2.739	2.617
Amortização do intangível	858	1.647	1.477
Baixas do ativo permanente	21	21	51
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(134)	(134)	132
Destinações ao FATES	(2.919)	(2.919)	(2.497)
Dividendos SicrediPar	(96)	144	34
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(225.330)	(52.723)	(9.752)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(166.572)	(273.091)	(57.374)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(11.464)	259.941	(46.125)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.781	16	(9)
Redução em créditos vinculados	35	-	414
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	59	(37)	157
(Aumento) em operações de crédito	(88.820)	(135.038)	(108.679)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	11.331	26.935	19.263
(Aumento) em outros créditos	(6.114)	(7.410)	(6.715)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(34)	221	(819)
Aumento em depósitos	14.286	62.205	189.448
Aumento em relações interdependências passivas	2.324	845	544
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(13.111)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(924)	(2.572)	(1.484)
Aumento em outras obrigações	15.782	15.262	14.738
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(195.187)	20.356	61.680
Aquisição de Investimentos	-	-	(2.047)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.752)	(2.385)	(1.400)
Aplicações no Intangível	(220)	(714)	(2.955)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.972)	(3.099)	(6.402)
Integralização de capital	3.713	7.562	6.644
Baixa de capital	(3.079)	(5.390)	(3.755)
Juros ao capital próprio	(59)	(59)	(46)
Distribuição de Sobras	-	(5.618)	(44)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	575	(3.505)	2.799
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(196.584)	13.752	58.077
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.290.493	1.080.157	1.022.080
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	1.093.909	1.093.909	1.080.157

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 02/07/1982 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logotipos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	9.543	6.088
Caixa	9.543	6.088
Títulos e Valores Mobiliários - Centralização financeira	951.657	-
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	132.709	1.074.069
Total	1.093.909	1.080.157

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	127.217	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas (i)	126.791	-
DI entre Banco e Cooperativas	418	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	8	-
Total circulante	127.217	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	205.393	59.519
DI entre Cooperativas - Não Ligadas (i)	199.891	56.630
DI entre Banco e Cooperativas	5.502	606
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.283
Total não circulante	205.393	59.519

(i) Refere-se as aplicações realizadas entre Cooperativas para fornecer liquidez, com taxa de remuneração entre 107 e 112% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa	664.231	302.383
Cotas de Fundos Multimercado	287.426	-
Total circulante (i)	951.657	302.383

Letras Financeiras Subordinada entre Cooperativas (ii)	42.442	-
Total não circulante	42.442	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

(ii) Refere-se a aplicação em letra financeira entre Cooperativas emitidas com cláusula de subordinação firmados em janeiro e novembro de 2019 com vencimentos em janeiro de 2028 e novembro de 2029, respectivamente.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	226.889	244.713	471.602	386.429
Financiamentos	22.371	55.125	77.496	37.973
Financiamentos rurais e agroindustriais	79.577	23.812	103.389	93.046
Carteira total	328.837	323.650	652.487	517.448

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honorados	210	-	210	202
Devedores por compra de valores e bens	54	116	170	-
Títulos e créditos a receber (i)	31.972	8	31.980	23.711
Total	32.236	124	32.360	23.913

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	% Mínimo	% Adicional (i)	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos		
			2019	2018	Mínimo 2019	Adicional 2019	2018
Nível AA	-	-	93	2	-	-	-
Nível A	0,50	0,49	120.945	78.832	605	593	394
Nível B	1,00	1,99	178.548	71.778	1.785	3.553	718
Nível C	3,00	6,00	219.152	41.967	6.575	13.149	1.259
Nível D	10,00	15,00	110.120	218.736	11.012	16.518	21.874
Nível E	30,00	15,00	11.860	71.083	3.558	1.779	21.325
Nível F	50,00	15,00	11.085	16.841	5.543	1.663	8.421
Nível G	70,00	20,00	7.189	12.427	5.032	1.438	8.699
Nível H	100,00	-	25.855	29.695	25.855	-	29.695
Total (ii)			684.847	541.361	59.965	38.692	92.385

(i) Respeitando o princípio da prudência, a Cooperativa adotou a partir de 2019 percentuais de provisão superiores àqueles definidos na Resolução 2.682/99 do CMN, levando em consideração, além dos critérios legais, a conjuntura econômica, a experiência de atuação na região e o conhecimento que possui acerca de sua base de associados.

(ii) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 213 (2018 - R\$ 200).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.514	55.165	68.386	121.237	247.302	206.070
Rural	201	6.373	73.003	23.812	103.389	93.046
Industrial	418	16.363	32.828	61.975	111.584	91.195
Comércio	331	13.931	23.343	33.713	71.318	81.310
Outros Serviços	431	24.343	43.443	83.037	151.254	69.740
Total	3.895	116.175	241.003	323.774	684.847	541.361

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	125.124	18,27	106.215	19,62
50 devedores seguintes	105.088	15,34	79.014	14,60
100 devedores seguintes	73.385	10,72	58.662	10,84
Demais	381.250	55,67	297.470	54,94
Total	684.847	100	541.361	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	92.585	80.987
Constituição de provisão	17.208	16.789
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.923)	(5.191)
Saldo final	98.870	92.585

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.020 (2018 - R\$ 5.225), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 41.429 (2018 - R\$ 42.606).

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 254.830 (2018 - R\$ 218.567) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 23). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 - Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 18.743 (2018 - 16.824) conforme Nota 14.

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	43	80
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	828	741
Devedores por compra de valores e bens	54	-
Devedores por depósitos em garantia	2	56
Impostos e contribuições a compensar	31	757
Títulos e créditos a receber (ii)	31.972	23.708
Cotas de consórcio	350	-
Operações com cartões	541	618
Pendências a regularizar	62	100
Outros	105	809
Total Circulante	33.988	26.869
Devedores por compra de valores e bens	116	-
Títulos e créditos a receber (ii)	8	3
Total não circulante	124	3

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se a valores a receber de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	4.436	4.682
Imóveis	4.366	4.044
Veículos e afins	70	77
Bens em regime especial	-	561
Material em estoque	6	23
Despesas antecipadas	82	40
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(4.436)	(4.682)
Total Circulante	88	63

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 4.436 (2018 - R\$ 4.682) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	21.554	21.554
Sicredi Participações S.A.	14.995	14.995
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	36.550	36.550

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	4.861.754 ON	4.861.754 ON	1	1	21.554.423	21.554.423
	10.132.814 PN	10.132.814 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,42%	1,70%	0,62%	0,62%	5,53%	5,62%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	14.995	14.995	1	1	21.554	21.554

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	48.761	(12.394)	36.367	36.742
Imobilizações em curso	-	864	-	864	53
Terrenos	-	3.958	-	3.958	3.958
Edificações	4%	26.985	(3.710)	23.275	24.355
Instalações	10%	3.569	(1.540)	2.029	2.046
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.277	(3.072)	3.205	3.518
Sistema de comunicação	10%	269	(134)	135	134
Sistema de processamento de dados	20%	5.288	(3.213)	2.075	1.693
Sistema de segurança	10%	1.037	(511)	526	582
Sistema de transporte	20%	514	(214)	300	403
Intangível (i)		14.980	(8.647)	6.333	7.266
Investimentos Confederação		14.980	(8.647)	6.333	7.266
Total		63.741	(21.041)	42.700	44.008

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	158.997	-	-	158.997	145.390
Depósitos interfinanceiros	-	15.970	-	15.970	15.071
Depósitos a prazo	17.193	25	1.274.994	1.292.212	1.244.513
Total	176.190	15.995	1.274.994	1.467.179	1.404.974

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural		
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	79.319	79.479
Total circulante	79.319	79.479
Recursos do Crédito Rural		
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	40.513	13.416
Total não circulante	40.513	13.416

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 20/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018 (Reapresentado)
Cheques administrativos	1.841	1.298
Obrigações por convênios oficiais	1	1
Provisão para pagamentos a efetuar	5.296	4.590
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	51	185
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	18.743	16.824
Pendências a regularizar	43	337
Operações com cartões	30.560	23.444
Demais fornecedores	802	878
Credores diversos	1.256	987
Total circulante	58.593	48.544

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	95	-	(95)	-
Cível	90	52	(91)	51
Total	185	52	(186)	51

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	-	95
Cível	Provável	51	90
Total		51	185

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 170; R\$ 203 (2018 - R\$ 223 e R\$ 203), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	171.094	156.208
Total de associados	66.946	63.761

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 14.886 (2018 – R\$ 20.219), sendo R\$ 12.714 (2018 – R\$ 17.330) via integralização de resultados e R\$ 7.562 (2018 – R\$ 6.644), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.390 (2018 – R\$ 3.755).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 7.154, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 21 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018 (Reapresentado)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	67.001	56.987
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(26.800)	(23.935)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	45	16
Provisão resgate de milhas cartão	20	(74)
Brindes e Doações	(112)	(34)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(23)	150
Receita com atos cooperativos	22.046	19.323
Juros sobre capital próprio	2.862	3.048
Prejuízo fiscal	441	426
Lucros e dividendos	38	102
Outros	23	24
IRPJ e CSLL. Anos anteriores	-	1.166
Subtotal	25.341	24.147
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.459)	212

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	332.610	59.519
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	951.657	302.383
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	132.709	1.074.069
Outros Créditos - Rendas a receber	1.684	1.556
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	884	677
Investimentos (Nota 10)	36.550	36.550
Intangível (Nota 11)	6.333	7.266
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	15.970	15.071
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	119.832	92.895
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	30.271	23.595
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	19.698	20.390
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	11.773	9.916
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	54.235	65.419
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	21	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	899	17
Operações de Empréstimos e Repasses	5.199	5.145
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	3.048	3.003
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	8.040	7.828

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas nas mesmas condições às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	364	0,23%	459
Depósitos a prazo	15.617	1,21%	14.635
Operações de crédito	3.984	0,61%	3.549

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (diretores e conselheiros de administração). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores e Conselheiros de Administração.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.928	3.761

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	840	771
Despesa de aluguéis	1.614	1.572
Despesa de comunicação	1.059	1.220
Despesa de manutenção e conservação	1.918	1.243
Despesa de material	426	398
Despesa processamento dados	381	318
Despesa de promoções e relações públicas	4.974	2.411
Despesa de propaganda e publicidade	252	250
Despesa de seguro	95	87
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.127	1.978
Despesa de serviços de terceiros	681	565
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.549	1.354
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.314	1.423
Despesa de serviços de transportes	686	693
Despesa de viagem	111	504
Despesa de depreciação e amortização	2.739	2.617
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.647	1.477
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	2.572	1.484
Outras despesas administrativas	901	771
Total	25.886	21.136

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	2.646	2.241
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	53.235	64.186
Reversão de provisões operacionais	15.291	8.444
Outras rendas operacionais	2.899	2.473
Total	74.071	77.344

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.170	1.496
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	594	331
Contribuição Confederação Sicredi	6.868	6.459
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	680	773
Encargos da administração financeira	308	425
Repasso administradora de Cartões	294	337
Outras despesas de Cartões	1.827	1.332
Fianças bancárias	12.489	5.712
Outras provisões operacionais	2.421	2.060
Outras despesas operacionais	2.136	1.232
Total	28.918	20.275

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	254.830	218.567
Total	254.830	218.567

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

1 - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	423.876	406.267
Nível I (NI)	423.876	406.267
Capital principal - CP	423.876	406.267
Capital social	171.094	156.208
Reservas de capital	275.282	234.851
Lucros acumulados	26.275	22.474
Ajustes Prudenciais	(6.333)	(7.266)
Dedução de investimento em outras entidades	(42.442)	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.150.962	1.085.497
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	3.021	4.144
Margem de Capital (i)	300.003	288.147
Índice de Basileia (PR / RWA)	36,83%	37,43%
Situação de Imobilização (Imob)	36.368	36.743
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,58%	9,04%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Roberto Scorsatto
Diretor Executivo
CPF: 503.430.330-20

Fabrcio Antonio Tombini
Diretor de Negócios
CPF: 670.182.110-34

Vitor Antonio Fontana
Diretor de Operações
CPF: 765.350.370-53

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20